



Associação Portuguesa
de Gestão de Resíduos

electrão
a rede da Amb3E

RELATÓRIO E CONTAS

2017

Gestão de Resíduos
de Equipamentos Eléctricos e
Electrónicos e de Pilhas e
Acumuladores



Índice

Síntese da Actividade em 2017	3
1. Introdução	6
11 Enquadramento legal	6
12 Enquadramento macroeconómico	7
2. A Amb3E	10
21 Órgãos sociais	11
3. Produtores e mercado	14
31 Produtores Aderentes de EEE	14
32 Mercado de EEE	15
33 Produtores Aderentes de PA	15
34 Mercado de PA	16
4. Operação de gestão de resíduos - Rede Electrão	18
41 Recolha de REEE	18
42 Recolha de RPA	19
5. Comunicação e sensibilização	22
6. Investigação e desenvolvimento	26
7. Actividade de 2017 e objectivos para 2018	30
7.1 Actividade realizada em 2017	30
7.2 Objectivos e actividades para 2018	32
7.3 Análise dos principais agregados do balanço	34
7.4 Análise dos principais agregados da demonstração dos resultados	35
8. Factos relevantes ocorridos após o termo do período	38
9. Proposta de aplicação de resultados	40
10. Demonstrações financeiras	42
10.1 Balanço	42
10.2 Demonstração dos resultados por naturezas	43
10.3 Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais	44
10.4 Demonstração dos fluxos de caixa	45
10.5 Anexo	46
11. Certificação Legal das Contas	66
12. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	69

1. Síntese da Actividade em 2017

Em 2017,

a Rede Electrão da Amb3E foi responsável pela recolha, tratamento e valorização de cerca de **40 mil toneladas de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos e de mais de 200 toneladas de resíduos de pilhas e acumuladores**, representando um contributo muito significativo para o cumprimento das metas nacionais aplicáveis a estes dois fluxos de resíduos. Os fluxos operacionais de resíduos de equipamentos de elevada perigosidade, designadamente, equipamentos de frio, lâmpadas, televisores e monitores, representaram cerca de 19% do total de resíduos eléctricos recolhidos e tratados.



A nível operacional,

salienta-se o continuar do aumento do número de locais de recolha de resíduos, tornando a Rede Electrão mais capilar e mais próxima do cidadão, potenciando o aumento das recolhas de resíduos próprias da rede. No final do ano de 2017 contam-se cerca de 2 400 locais de recolha onde os resíduos eléctricos são efectiva e periodicamente recolhidos em todo o território nacional, valor este que representa um aumento de 34% relativamente a 2016. Foi também desenvolvido um esforço acrescido para aumentar os locais de recolha de resíduos de pilhas e acumuladores, tendo estes aumentado de 783 em 2016 para **1 018 locais no final de 2017**, representando um aumento de 30%.

Ainda a nível operacional, o ano de 2017 representou um ano de amadurecimento do modelo de operação da Rede Electrão, consubstanciado no aumento de eficiência da logística de recolha de proximidade distrital, na preparação da lógica de fluxos e da cadeia de valor para o desafio da gestão multifluxo de resíduos de eléctricos, pilhas e embalagens. Deu-se continuidade à estratégia já iniciada no ano anterior de reforço da presença da Amb3E na cadeia de valor, preparando objectivos que se advinham mais ambiciosos quer ao nível da recolha de quantidades, através da rede própria, quer ao nível da reutilização. Foi também dada continuidade às adaptações das ferramentas de gestão do sistema, designadamente, ao ERP, ao reporte financeiro e à plataforma informática de suporte.



No que diz respeito à actividade com produtores da Amb3E,

verificou-se o continuar da tendência de 2016 de aumento do número de produtores aderentes, quer de equipamentos eléctricos e electrónicos, quer de pilhas e acumuladores. A colocação no mercado de equipamentos eléctricos e electrónicos teve um aumento considerável, tendo atingido cerca de 102 mil toneladas em 2017, o equivalente a um total de cerca de 23 milhões de unidades. O mercado de pilhas e acumuladores registou também um aumento muito significativo em 2017 para **473 toneladas declaradas pelos produtores da Amb3E**, correspondente a um aumento aproximado de 3,5 milhões de unidades.



Das diversas acções e campanhas de comunicação e sensibilização em 2017,

destaca-se o **Quartel Electrão** pelos números expressivos que foram obtidos com esta campanha: 164 Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários que participaram, 1 088 toneladas de resíduos recolhidos dos quais 20 toneladas de lâmpadas usadas e **6 toneladas de pilhas usadas**. Num formato de funcionamento corrente e com o objectivo de não perder a boa dinâmica das escolas na recolha de resíduos, a campanha Escola Electrão esteve também activa em 2017. Contou com a participação de 111 escolas que recolheram mais de 147 toneladas de equipamentos eléctricos usados, cerca de 3 toneladas de lâmpadas usadas e 3 toneladas de pilhas usadas. Realçamos ainda em 2017 o lançamento de uma nova iniciativa exclusivamente dirigida para a recolha de pilhas e acumuladores usados, a campanha Pilhas por Alimentos. Foi desenvolvida em parceria com a rede de Bancos Alimentares e contou com a participação de 13 Bancos Alimentares que entre si recolheram cerca de 7 toneladas destes resíduos. Estas campanhas, como outras iniciativas que foram desenvolvidas em 2017, inserem-se na estratégia de aumento das quantidades recolhidas pela Amb3E, em linha com a cada vez maior responsabilidade assumida pela nossa Associação no cumprimento das metas de recolha e reciclagem de resíduos no panorama nacional.



Por último, salienta-se a grande alteração estratégica efectivada em 2017,

a publicação da **licença para a gestão de embalagens e resíduos de embalagens da Amb3E** e o respectivo lançamento das bases da operação desta actividade. Este alargamento de âmbito, que permite agora oferecer uma proposta de valor integrada de transferência de responsabilidade pela gestão de resíduos multifluxo - embalagens, eléctricos e pilhas usadas, tem a responsabilidade e compromisso inerentes de implementação dos processos e procedimentos, em particular nas vertentes operacional e de relação com aderentes, de suporte a este sistema integrado. Encerra, por outro lado, o desafio de ganhar a confiança de novos clientes e posicionar a Amb3E como entidade de referência para o cumprimento das metas nacionais e, em simultâneo, afirmar a alternativa da diferença de actuação deste projecto.

Por último, ainda nos últimos dias de 2017, a Amb3E viu renovada a sua licença para gestão de resíduos de pilhas e acumuladores usados, sinal de confiança, em nosso entender, da tutela do trabalho e resultados obtidos nesta área. É por isso, neste contexto de enormes responsabilidades e desafios, que encaramos 2018, que certamente irá trazer ainda novidades relativas à renovação da licença de gestão de resíduos eléctricos.

Pedro Nazareth

Director Geral

01

> INTRODUÇÃO

1. Introdução

1.1. Enquadramento legal

A **Amb3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos** é uma Associação de direito civil e sem fins lucrativos que prossegue, como um dos seus fins associativos, o objectivo de organizar e gerir o Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (**SIGREEE**), o Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Pilhas e Acumuladores (**SIGRPA**) e o Sistema Integrado de Gestão de Embalagens (**SIGRE**), para os quais se encontra licenciada.



A gestão do fluxo específico de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (REEE) é regulada pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017 de 11 de Dezembro, diploma que veio agregar toda a informação relativa ao regime jurídico aplicável à gestão de REEE, transpondo para o ordenamento nacional a Directiva n.º 2012/19/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Julho de 2012.

O referido Decreto-Lei determina como objectivo prioritário prevenir a produção de REEE e, subsequentemente, a promoção da reutilização, da reciclagem e de outras formas de valorização, por forma a reduzir a quantidade e o carácter nocivo de resíduos a eliminar, contribuindo para melhorar o comportamento ambiental de todos os operadores e demais intervenientes envolvidos no ciclo de vida destes equipamentos.



O contexto legal específico da gestão de Resíduos de Pilhas e Acumuladores (RPA), é também regulado pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017 de 11 de Dezembro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro de 2009.



Finalmente, a gestão do fluxo específico de Resíduos de Embalagens (RE) é também enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017 de 11 de Dezembro, importando para este efeito a consideração da transposição da Directiva n.º 94/62/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro.

Para os diversos fluxos específicos de resíduos encontra-se definida a base jurídica para a criação e desenvolvimento de circuitos de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento e valorização. Ainda no quadro das obrigações legalmente impostas, os produtores de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (EEE), de Pilhas e Acumuladores (PA) e de Embalagens são responsáveis pelo financiamento da gestão dos resíduos provenientes dos produtos e embalagens que colocam no mercado, pela definição da referida rede de sistemas de recolha, a título individual ou através de um sistema integrado gerido por entidade licenciada.

Para tal efeito, foram concedidas à Amb3E, pelo Estado Português:



Licença para a gestão do SIGREEE: Através do Despacho conjunto n.º 354/2006 de 27 de Abril, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e do Ministério da Economia e da Inovação, cuja vigência se encontra sujeita a prorrogações automáticas e sucessivas nos termos do Despacho n.º 1516/2012 de 1 de Fevereiro, dos Secretários de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação e do Ambiente e do Ordenamento do Território.



Licença para a gestão do SIGRPA: Através do Despacho n.º 11275-D/2017, de 22 de Dezembro, do Secretário de Estado do Ambiente.



Licença para a gestão do SIGRE: Através do Despacho n.º 6907/2017, de 9 de Agosto dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente.

12. Enquadramento macroeconómico

O ano 2017 relevou a expansão da economia Portuguesa, consubstanciada num crescimento da actividade económica em torno dos 2,5 pontos percentuais anuais, traduzindo-se numa aceleração do aumento em volume do Produto Interno Bruto (PIB) para 2,7 pontos percentuais na globalidade do ano, mais 1,1 pontos percentuais que o verificado no ano anterior, sendo, no entanto, de salientar uma aceleração menos intensa (2,4%) quando comparado o quatro trimestre de 2017 com o trimestre homólogo de 2016.

O contributo da procura interna para a variação anual do PIB foi positivo (2,9 pontos percentuais), aumentando pois a sua expressão, face ao contributo registado em 2016 (1,5 pontos percentuais), fundamentalmente devido ao forte crescimento verificado no investimento (mais 8,4%, significativa inversão face ao decréscimo de 0,9% em volume verificado em 2016) e – em menor grau – à ligeira aceleração verificada em sede do consumo privado (2,2% vs. 2,1% em 2016), bem como a desaceleração verificada a nível do consumo público (0,1% vs 0,8% em 2016).

O indicador de confiança dos consumidores estabilizou a sua trajectória ascendente assinalada desde o início de 2013, apresentando um movimento positivo praticamente ao longo de todo o ano (fonte: INE – inquéritos de conjuntura às empresas e consumidores – Fevereiro 2018). Para a evolução registada contribuíram, de forma mais notória, as perspectivas relativas à evolução da situação económica do país e da poupança.

Ainda de acordo com a fonte indicada no parágrafo anterior, o indicador de confiança do comércio apresentou uma trajectória global de crescimento em 2017, apesar do perfil misto verificado no primeiro semestre do ano, acelerando definitivamente a partir de Julho e até final do ano.

A taxa de desemprego situou-se, em média anual, nos 8,9%, apresentando um decréscimo de 2,2 pontos percentuais face ao ano anterior. Concretizando esta tendência de redução, a taxa de desemprego do mês de Dezembro de 2017 foi de 8,0%, valor também inferior em 2,2 pontos percentuais ao verificado no mês homólogo de 2016.

A nível de IPC (índice de preços no consumidor), a taxa de variação média anual foi de 1,4% (0,6% no ano anterior), sendo a taxa de variação homóloga, em Dezembro de 2017, de 1,5%.



Em modo de conclusão, as projecções do Banco de Portugal (boletim económico de Dezembro 2017 / projecções para a economia Portuguesa: 2017-2020) apontam para a continuação da recuperação gradual da actividade económica ao longo do período 2017-2020 e englobam um perfil de estabilização do ritmo de crescimento da actividade económica, na ordem dos 1,5-2,0 pontos percentuais / ano, sendo também a estimativa do comportamento do consumo privado - variável chave na colocação de EEE, PA e embalagens no mercado – perfeitamente enquadrada dentro dessa ordem de grandeza para o período em projecção, pelo que as perspectivas de evolução do mercado nacional de EEE e PA para 2018 apontam para uma estabilização do crescimento verificado em 2017, ou seja, um crescimento anual (em peso) torno dos cinco pontos percentuais.

02



> A Amb3E

2. A Amb3E

A Amb3E é uma associação de direito privado, de âmbito nacional e sem fins lucrativos, cuja escritura de constituição foi outorgada a 27 de Abril de 2005, com sede no Restelo Business Center, Bloco 5 - 4A, Avenida Ilha da Madeira, 35I, no concelho de Lisboa com o principal fim associativo de gestão de resíduos e objectivo primordial de implementar e desenvolver um sistema integrado de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (SIGREEE).

Em 2010 a Amb3E alargou a abrangência do seu fim associativo, passando a contemplar também a gestão de um sistema integrado de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores (SIGRPA).

Por fim, em 2017 foi obtido o licenciamento para a gestão de um sistema integrado de gestão de resíduos de embalagens (SIGRE).

A visão da Amb3E é a de oferecer aos seus aderentes uma proposta integrada de valor no âmbito dos resíduos por si geridos, ganhando o reconhecimento das instituições oficiais com que se relaciona e dos cidadãos em geral, pelo serviço prestado à comunidade.

Os órgãos da Amb3E definidos nos respectivos estatutos actuam em mandatos com a duração de dois anos, sendo permitida recondução ou reeleição dos respectivos membros por uma ou mais vezes, e são os seguintes:



- **A Assembleia-Geral;**
- **As Assembleias de Fileira;**
- **O Conselho de Administração;**
- **O Conselho Fiscal;**
- **A Comissão de Arbitragem.**

2.1. Órgãos sociais

Após a eleição dos órgãos da Associação para o biénio 2016/17 a sua composição a 31 de Dezembro de 2017, era a seguinte:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
	STANLEY BLACK & DECKER HOLDING S.A.RL. Presidente
	PHILIPS LIGHTING PORTUGAL UNIP. LDA. Vice-Presidente
	BSHP - ELECTRODOMÉSTICOS SOC. UNIP. LDA. Fleiro 1
	DAIKIN AIRCONDITIONING PORTUGAL SA. Fleiro 1A
	GROUPE SEB IBÉRICA, SA. Fleiro 2
	RICOH PORTUGAL UNIPessoal, LDA. Fleiro 3
	SAMSUNG ELECTRÓNICA PORTUGUESA, SA. Fleiro 4
	LEDVANCE, LDA. Fleiro 5
	STANLEY BLACK & DECKER HOLDING S.A.RL. Fleiro 6
	GENERAL ELECTRIC PORTUGUESA, SA. Fleiro 8
	SCHNEIDER ELECTRIC PORTUGAL LDA. Fleiro 9
	DIEBOLD NIXDORF PORTUGAL, LDA. Fleiro 10
	CANON PORTUGAL, SA. Fleiro 11
ASSEMBLEIA GERAL	
	ANTÓNIO MEIRELES, SA. Presidente
	SCHNEIDER ELECTRIC PORTUGAL, LDA. Secretário
CONSELHO FISCAL	
	LEDVANCE, LDA. Presidente
	LEGRAND ELÉCTRICA, SA. Vogal
	HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA. ROC

Figura 1 – Órgãos associativos da Amb3E

De referir complementarmente que nos termos dos Estatutos da Amb3E, os Produtores Aderentes que optaram pela qualidade de Associados integram ainda as Assembleias de Fileira de acordo com a respectiva actividade, estando designadas como Fileiras as seguintes:



03



PRODUTORES E
MERCADO

3. Produtores e mercado

Todos os produtores que transferem a responsabilidade para a Amb3E em matéria de gestão de REEE, RPA e/ou RE, decorrente da colocação no mercado dos seus produtos e embalagens, são considerados produtores aderentes. Estes mesmos podem aderir à Amb3E em duas categorias distintas: como Associados ou como utentes. Os primeiros beneficiam das condições de gestão de REEE, RPA e/ou RE providenciadas pela Amb3E, decorrentes da transferência de responsabilidade para a mesma, tendo ainda presença e poder de voto em Assembleia-Geral e nas Assembleias de Fileira. Os utentes têm contrato com a Amb3E para a transferência da responsabilidade, beneficiando da gestão de REEE, RPA e/ou RE, sem intervirem nos destinos da Amb3E enquanto Associação de produtores de EEE, PA e E.

3.1. Produtores Aderentes de EEE

Em 2017, a Amb3E totalizou **1 510 Produtores Aderentes de EEE**, registando um acréscimo de **59 produtores** em relação ao ano anterior.

O aumento anual do número de produtores aderentes da Amb3E, registado nos últimos cinco anos, pode observar-se na figura seguinte:

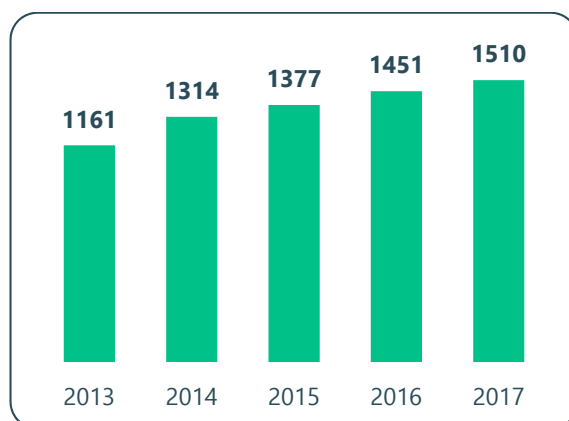


Figura 2 – Evolução de produtores aderentes de EEE 2013–2017

Pode verificar-se, da análise à figura, que o universo de produtores aderentes da Amb3E tem registado um aumento continuado ao longo dos últimos anos.

3.2. Mercado de EEE

A colocação de EEE no mercado nacional declarada pelos produtores aderentes da Amb3E, durante o ano de 2017, foi de **101 672 t** o que equivale a cerca de **23 milhões de unidades de EEE**.

A evolução dos valores de colocação de mercado, em peso, tem registado nos últimos cinco anos, um aumento progressivo, sendo que em 2017 registou-se um aumento de mais de **7 000 t** face a 2016. A figura seguinte apresenta a evolução do universo de mercado da Amb3E entre 2013-2017, em peso e unidades.

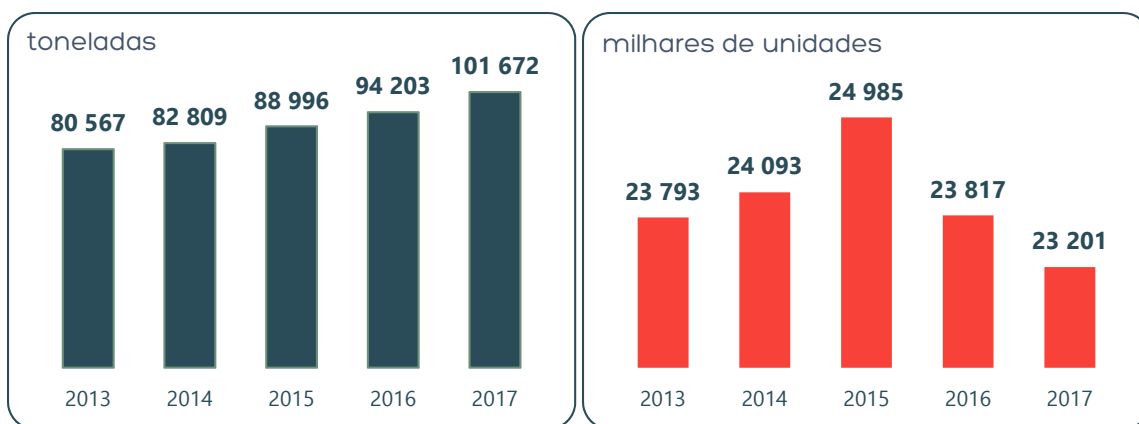


Figura 3 – EEE declarados à Amb3E 2013 – 2017 (toneladas e milhares de unidades)

3.3. Produtores Aderentes de PA

No final de 2017, o número total de aderentes de PA da Amb3E era de 451, registando um acréscimo de 46 aderentes face a 2016.

O aumento anual do número de produtores aderentes da Amb3E, registado nos últimos cinco anos, pode observar-se na figura seguinte:

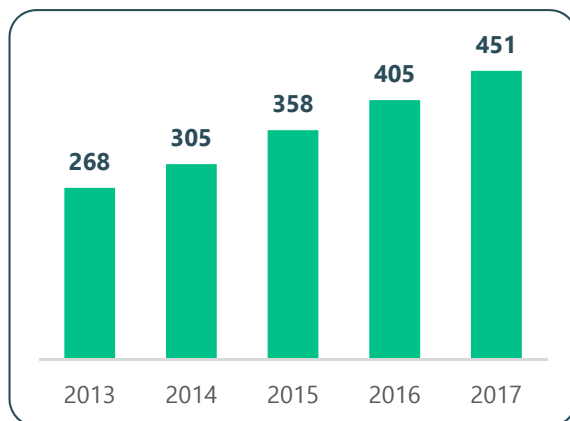


Figura 4 – Evolução de produtores aderentes de PA 2013–2017

Pode verificar-se, da análise à figura, que o universo de produtores aderentes da Amb3E tem registado um aumento continuado ao longo dos últimos anos.

3.4. Mercado de PA

A colocação de PA no mercado nacional declarada pelos produtores aderentes da Amb3E, durante o ano de 2017, foi de **473 t** o que equivale a cerca de **3,5 milhões de unidades de PA**.

A evolução dos valores de colocação de mercado tem registado nos últimos cinco anos, um aumento progressivo, sendo que em 2017 registou-se um aumento de mais de 120 t face a 2016. As figuras seguintes apresentam a evolução do universo de mercado da Amb3E entre 2013-2017, em peso e unidades.

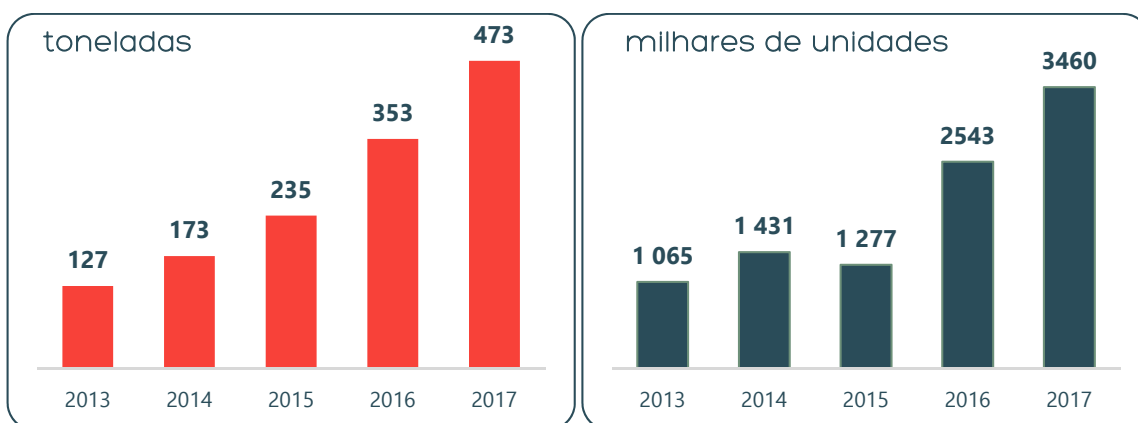


Figura 5 – PA declaradas à Amb3E 2013 – 2017 (toneladas e milhares de unidades)

04



OPERAÇÃO GESTÃO RESÍDUOS
REDE ELECTRÃO

4. Operação de gestão de resíduos - Rede Electrão

Rede Electrão da Amb3E

é constituída por locais de recolha, operadores logísticos e unidades de tratamento e valorização que asseguram a operacionalização da gestão dos REEE e RPA, designadamente da sua recolha, transporte e tratamento. A Rede Electrão tem por objectivo garantir o cumprimento dos objectivos de gestão em matéria de recolha e tratamento.

No decurso do último trimestre de 2017 iniciou-se o processo de alargamento da Rede Electrão ao fluxo específico de resíduos de embalagens, estimando-se atingir a sua disponibilidade dentro do primeiro semestre de 2018.

4.1. Recolha de REEE

Em 2017, a Amb3E assegurou a recolha e o tratamento das 10 categorias legais, perfazendo um total a nível nacional de **40 011 t**. A figura seguinte apresenta a distribuição da recolha nas diferentes categorias legais.

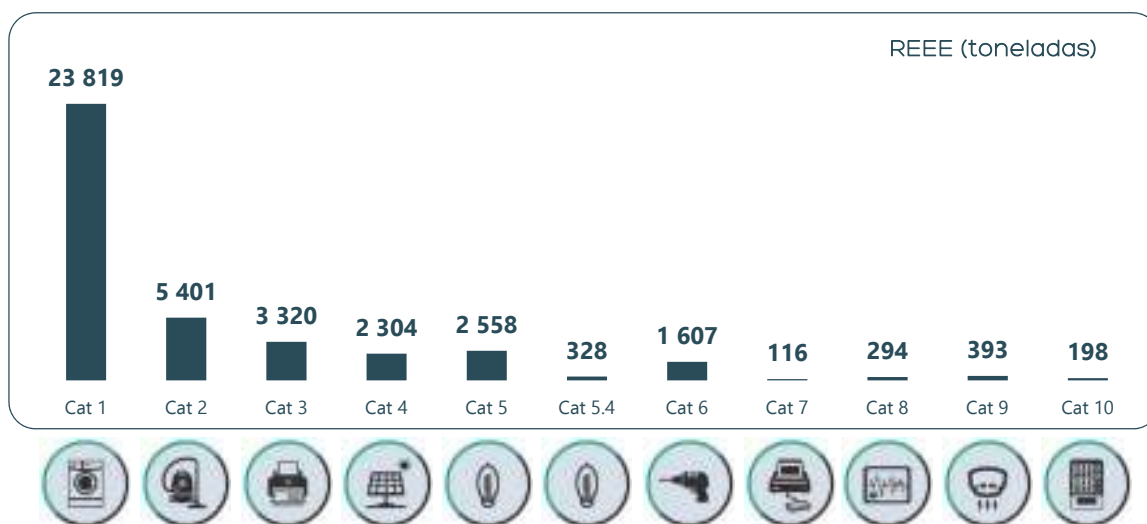


Figura 6 – Quantidade de REEE recolhidos por categoria legal em 2017

A Amb3E garantiu o cumprimento da meta de recolha de REEE, que para 2017 foi fixada em 45% do peso médio dos EEE colocados no mercado nos três anos anteriores. A Figura 7 evidencia o cumprimento do objectivo de recolha de REEE em 2017.

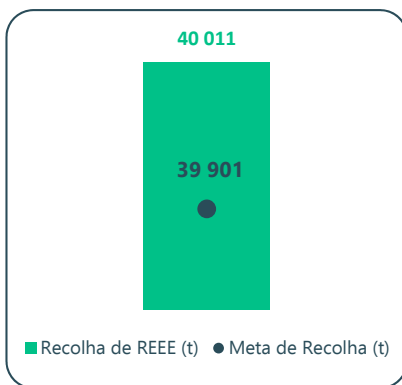


Figura 7 – Comparação entre a meta legal e a recolha efectiva de REEE da Amb3E, para o ano 2017

4.2. Recolha de RPA

A Rede Electrão recolheu em 2017 um total 201,6 t de RPA; a distribuição por segmento encontra-se indicada na Figura 8.

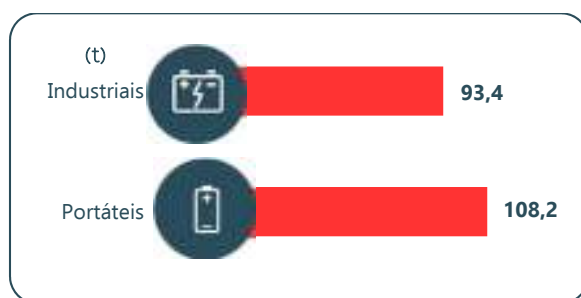


Figura 8 – Recolha de RPA por segmento em 2017

Em matéria de objectivos de recolha também no fluxo das RPA a Amb3E assegurou o cumprimento das metas, como ilustra a figura seguinte.

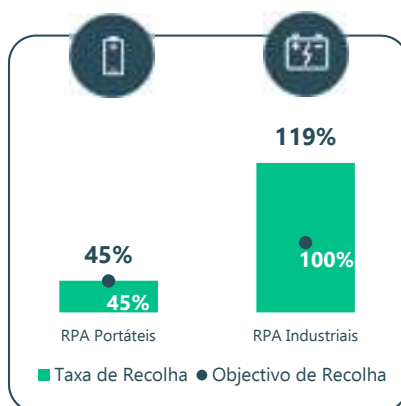


Figura 9 – Comparação entre os objectivos e a recolha efectiva de RPA da Amb3E, para o ano 2017

A photograph of two women sitting at a table in a meeting. The woman on the left is gesturing with her hand while speaking. The woman on the right is listening attentively, holding a pen to her chin. A smartphone is on the table in front of them. A dark teal vertical bar is overlaid on the left side of the image, containing the number '05' in white.

05



COMUNICAÇÃO E
SENSIBILIZAÇÃO

5. Comunicação e sensibilização

A Amb3E tem procurado, nos últimos anos, consolidar a sua estratégia de comunicação e sensibilização, através da aposta em campanhas e iniciativas que privilegiam uma maior proximidade e identificação do consumidor e dos agentes envolvidos nos SIG geridos pela Associação, com a temática do encaminhamento e reciclagem dos REEE e RPA.

São reflexo deste princípio, as Campanhas Electrão, que mais uma vez em 2017, assumiram destaque entre as actividades de comunicação e sensibilização da Rede Electrão. Sintetiza-se nos pontos seguintes as principais campanhas de comunicação e sensibilização desenvolvidas pela Amb3E em 2017.



3ª Edição "Quartel Electrão"

O "Quartel Electrão" é uma campanha de sensibilização, com forte cariz social de apoio cívico às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV), que tem como objectivo sensibilizar as comunidades envolventes no esforço global da reciclagem e valorização dos REEE e RPA. Esta edição decorreu de 15 de Dezembro de 2016 até 7 de Abril de 2017, tendo congregado a participação de 164 AHBV.



"Escola Electrão" 2016/2017

A campanha "Escola Electrão" tem como principal objectivo sensibilizar e envolver professores, alunos, funcionários, pais e comunidade escolar em geral, no esforço global da reciclagem de REEE e RPA, envolvendo-os na actividade da Rede Electrão. As escolas que recolheram mais quantidades foram premiadas com valores monetários.



"Electrão Empresas" e "Electrão Produtores"

A campanha "Electrão Empresas" promove o envolvimento das empresas e do universo dos respectivos colaboradores no desafio global da reciclagem de resíduos. Esta campanha alia a componente ambiental a uma componente social, na medida em que os REEE e RPA recolhidos são convertidos numa contribuição financeira para apoio a uma IPSS. Durante o ano 2017, destacaram-se os seguintes participantes: Samsung, Teka e Câmara Municipal de Lisboa.



"Electrão Lâmpadas"

A campanha "Electrão Lâmpadas" é dedicada à sensibilização para a correcta segregação, encaminhamento e reciclagem de lâmpadas usadas. Promove acções de activação junto do público em geral, com as mascotes Luz e Lumi, e a expansão da rede de locais de recolha, nomeadamente através de contactos com grandes produtores de lâmpadas usadas e empresas e profissionais do sector eléctrico.



“Electrão Pilhas”

A campanha “Electrão Pilhas” é uma iniciativa pioneira da Associação, no que diz respeito à sensibilização e recolha dedicada de resíduos de pilhas, para a qual foi possível contar com o apoio da Entrajuda, parceiro operacional da Rede Electrão. No final de 2017 arrancou a 2ª edição da campanha, mais uma vez como apoio da Entrajuda, que contou com a inscrição de 20 Bancos Alimentares de todo o país (incluindo as Regiões Autónomas).

06



INVESTIGAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO

6. Investigação e desenvolvimento

A Amb3E tem procurado fomentar acções de investigação e desenvolvimento (I&D) no âmbito da sua responsabilidade de promoção de projectos orientados para a melhoria de processos no domínio da prevenção e gestão de REEE e RPA, nomeadamente na prossecução de novas metodologias e processos de tratamento, que optimizem a recuperação de matérias-primas e a performance ambiental.

Neste sentido, a Amb3E canaliza uma parte das suas receitas para o apoio técnico e/ou financeiro a projectos de I&D, destinados à melhoria de processos relevantes para o funcionamento do circuito de gestão de REEE e RPA.

À semelhança de outras áreas de actuação, enquanto entidade gestora de fluxos específicos de resíduos, a Amb3E tem procurado desenvolver sinergias ao nível da gestão de RPA e de REEE, no sentido de promover actividades conjuntas de I&D. Os pontos seguintes sintetizam os principais projectos de investigação e desenvolvimento desenvolvidos pela Amb3E em 2017.



Projecto ProSUM	Participação no consórcio internacional, como " <i>delivery partner</i> ", do projecto ProSUM financiado pelo programa " <i>Horizon 2020</i> ", cujo principal objectivo é a reunião de dados relativos às concentrações de matérias-primas críticas (identificadas pela UE) em REEE, veículos em fim de vida, RPA e resíduos da indústria mineira.
PoPE – módulo gestão de resíduos	Desenvolvimento à medida do novo módulo de gestão de resíduos e sua integração no <i>software</i> de gestão de REEE, RPA e RE da Amb3E.
Estudo de caracterização de tipologia de RPA	Identificação das tecnologias de tratamento de pilhas a nível europeu e do nível de segregação necessário para cada um dos possíveis destinos finais. Projecto de caracterização dos tipos de RPA recolhidos na Rede Electrão, com definição da metodologia de amostragem e caracterização dos resíduos de pilhas e acumuladores consolidados nas 2 plataformas de consolidação de lâmpadas da Amb3E.
Estudo de caracterização da prestação financeira dos EEE e PA a nível europeu e comparação ao nível do poder de compra e ao nível de eficiência no processo de tratamento e reciclagem de cada país	Elaboração de estudo comparativo da prestação financeira dos EEE (equipamentos eléctricos e electrónicos) e PA (pilhas e acumuladores) entre os diversos países europeus e o dimensionamento pelo respectivo poder de compra e eficiência no processo. Pretende-se com este estudo dar um contributo para a materialização dos custos das obrigações Europeias, ao nível nacional, por forma a perceber se as prestações financeiras Europeias estão adaptadas, por um lado, ao poder de compra de cada país, e por outro, ao nível de eficiência no processo de tratamento e reciclagem, propondo melhorias que se antevejam possíveis.

Estudo prévio sobre reutilização em Portugal e principais stakeholders envolvidos

Promoção de um projecto subordinado ao tema de reutilização e reparação de equipamentos eléctricos e electrónicos (EEE) com caracterização e quantificação do sector de reparação e reutilização de EEE e identificação dos EEE que são reencaminhados para a reutilização e respectiva quantificação.

Promoveu-se ainda a avaliação da reutilização de EEE desenvolvida em Portugal e comparação com outros países europeus e a identificação de linhas estratégicas de intervenção para a Amb3E

Estudo de caracterização da implementação de centros logísticos com definição de localizações preferenciais e áreas de influência

Análise e optimização das infra-estruturas da rede logística coordenada pela Amb3E, com vista a apoiar a tomada de decisão da possibilidade de instalação de centros dedicados à consolidação de resíduos, nomeadamente no que diz respeito ao número e tipologia de locais a instalar, a sua localização e as respectivas capacidades de armazenamento e processamento.

Caracterização de destinos de fim de vida de REEE e RPA - Roteiro para o desenvolvimento da recolha dos REEE/RPA junto dos cidadãos portugueses

Desenvolvimento de projecto de "Caracterização de destinos de fim de vida de REEE e RPA - Roteiro para o desenvolvimento da recolha dos REEE/RPA junto dos cidadãos portugueses", em conjunto com os parceiros identificados e reunidos em consórcio, designadamente Instituto Superior Técnico, Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Minho e 3Drivers, e preparação e submissão de candidatura ao programa "Portugal 2020", via programas integrados de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT).

O projecto inclui desenvolvimento de metodologia de amostragem aplicada aos REEE e RPA, do segmento de pilhas portáteis, e quantificação das quantidades e tipologias encaminhadas para destinos finais como recolha selectiva, TMB, incineração e deposição em aterro. O projecto inclui ainda o estudo do comportamento da população no que respeita às opções utilizadas para o seu descarte, bem como a análise e quantificação dos contributos ambientais e socioeconómicos associados a cada um dos destinos identificados e caracterizados.

Paralelamente, o projecto pretende analisar criticamente o que se passa em Portugal, comparando o sector com alguns dos principais países Europeus, de forma a definir linhas estratégicas de intervenção e adoptar mecanismos de redução de quantidade de REEE e RPA encaminhados para destino incorrecto no contexto nacional.

07



ACTIVIDADE 2017 E
OBJECTIVOS 2018

7. Actividade de 2017 e objectivos para 2018

7.1. Actividade realizada em 2017

No decurso de 2017 a Amb3E desenvolveu diferentes acções no âmbito da sua competência, quer em Portugal quer no estrangeiro, na prossecução dos seus objectivos de gestão, conforme se sintetiza na tabela abaixo:

Tabela 1 – Objectivos/Actividades, resultado e avaliação 2017

Actividades	Resultado
<p>Preparação das áreas relação com produtores, operação de gestão de resíduos, comunicação, financeira e administrativa para operacionalização da licença de gestão de embalagens e resíduos de embalagens</p>	<p>Foram concebidas as principais linhas orientadoras e actividades a desenvolver para operacionalização desta licença, com particular destaque para o desenvolvimento dos planos de actividades, ID, SCE e prevenção, dos modelos de determinação da prestação financeira e de aplicação de incentivos e dos elementos contratuais de base ao sistema.</p>
<p>Aprovação e implementação da Licença do SIGRE</p>	<p>Foi concedida à Amb3E a licença para a gestão de um sistema de resíduos de embalagem através da publicação do Despacho n.º 6907/2017 dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e Ambiente no dia 9 de Agosto de 2017.</p> <p>Foram instruídos os elementos requeridos - modelo de prestações financeiras, planos de prevenção, ID e SCE, plano de actividades e orçamento previsional 2018, sistema de rede de recolha própria e condições de símbolo de marcação de embalagens do Electrão.</p> <p>Foram iniciadas todas as diligências e contactos com partes interessadas necessários ao arranque da implementação do sistema de resíduos de embalagens.</p>
<p>Renovação e implementação da Licença do SIGRPA</p>	<p>Foi concedida à Amb3E a licença para a gestão de um sistema integrado de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores através da publicação do Despacho n.º 11275-D/2017 do Secretário de Estado do Ambiente no dia 22 de Dezembro de 2017.</p> <p>Foram iniciadas as primeiras diligências e contactos com partes interessadas necessários ao arranque da implementação do sistema de resíduos de pilhas e acumuladores.</p>
<p>Apoio ao desenvolvimento e implementação da câmara de alocação e do mecanismo de</p>	<p>Participação activa nas discussões e revisões de documento de suporte ao estabelecimento do mecanismo de alocação e compensação entre entidades do SIGRE, eventual e futuramente extensível aos sistemas integrados de equipamentos eléctricos (SIGREEE) e de pilhas e acumuladores usados (SIGRPA).</p>

Actividades	Resultado
compensação de resíduos – RE, REEE e RPA	
Cumprimento da meta legal de recolha de REEE	Recolha em 2017 de 40 011 toneladas de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos
Cumprimento da meta legal de recolha de RPA	Recolha em 2017 de 202 toneladas de resíduos de pilhas e acumuladores.
Cumprimento das metas de reutilização/reciclagem e valorização	Cumprimento das metas de valorização das 10 categorias legais com o valor médio de 88,8%. Taxa de reciclagem de 82,2%
Recolha de fluxos de REEE perigosos superior a 18%	Recolha de 18,5% do total recolhido de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos perigosos.
Alargamento da Rede Electrão: - Aumento de 3% dos locais de recolha de REEE - Aumento de 15% dos locais de recolha de RPA	Locais de Recolha de REEE da Rede Electrão aumentaram em 2017 34%, de 1 793 para 2 403. Locais de Recolha de RPA da Rede Electrão aumentaram em 2017 30%, de 783 para 1 018.
Conclusão da implementação dos Guias Técnicos de LR e CR	Continuação do desenvolvimento destes guias técnicos com suspensão da respectiva implementação para ulterior adaptação às novas disposições constantes do diploma Unilex e licenças de actividade, cuja publicação foi prevista para o final de 2017
Implementação de Plataforma de Gestão Operacional do Electrão	Desenvolvimento e implementação plena da Plataforma Operacional do Electrão (POPE) com adaptação da cadeia de valor e dos fluxos operacionais a gerir para a nova lógica de resíduos eléctricos, pilhas e embalagens
Implementação de Plataforma de CRM Electrão com módulos de adesão online e declarativos	Foi implementada e diligenciada a transição de mais de 1 500 utentes durante o período de reporte do último trimestre de 2017 para a nova plataforma de aderentes do Electrão. Ficaram implementados os módulos de eléctricos e pilhas, estando em falta a conclusão do módulo para embalagens.
Implementação da Facturação Electrónica	Alargamento do processo a novos aderentes. Adesão acumulada de 28% do número total de Produtores da Amb3E, correspondentes a cerca de 45% da facturação total.

7.2 Objectivos e actividades para 2018

O ano de 2018 será uma etapa distinta na história da Amb3E, na medida em que terá que concluir a implementação do seu sistema integrado de gestão de resíduos de embalagens como também, previsivelmente, implementar as novas disposições constantes na nova licença do SIGRPA e a constar na previsível renovação da licença do SIGREEE. Os três sistemas integrados sob gestão da Amb3E terão ainda que ser alinhados com as disposições entretanto introduzidas (já no início de 2018) pelo UNILEX. A tabela seguinte sintetiza os objectivos e actividades a desenvolver em 2018:

Tabela 2 – Objectivos e actividades previstas para 2018

ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

Preparação geral das áreas relação com aderentes, operação de gestão de resíduos, comunicação, financeira e administrativa para operacionalização das licenças de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, pilhas e acumuladores e embalagens

Apoio à implementação da CAGER

Apoio ao desenvolvimento e implementação da câmara de alocação e do mecanismo de compensação de resíduos

Acompanhamento e implementação do UNILEX

Acompanhamento da implementação do pacote da Economia Circular

Desenvolvimento de relações institucionais com *stakeholders* no âmbito dos sistemas integrados de gestão de resíduos

Implementação e desenvolvimento da FLUXOS (Associação representativa de diversas entidades gestoras)

Desenvolvimento de modelo de controlo e monitorização da actividade

Implementação do plano de actividades de investigação e desenvolvimento dos diferentes sistemas integrados

Desenvolvimento de modelo de gestão e reporte de informação da actividade

OPERAÇÃO DE GESTÃO DE RESÍDUOS

Desenvolvimento e implementação de procedimentos concursais para selecção de operadores de tratamento

Actualização das minutas de contrato e protocolos com os parceiros da Rede Electrão

Celebração de contratos e protocolos com os parceiros da Rede Electrão

Continuação da implementação de Plataforma Informática de Gestão Operacional do Electrão

Alargamento da rede própria: implementação de locais para recolha selectiva de resíduos

Avaliação do modelo de actuação operacional para gestão de resíduos

Cumprimento das metas de recolha de resíduos

Cumprimento das metas de valorização de resíduos

OPERAÇÃO DE GESTÃO DE RESÍDUOS

Expansão da rede Electrão: 10% de aumento de locais de recolha de REEE e RPA

Conclusão dos guias técnicos de operação

Cumprimento das Acções de Controlo e Monitorização:

- Locais de recolha: 203 verificações técnicas
- Centros de recepção: 18 auditorias

- Unidades de tratamento e valorização: 6 auditorias formais e 15 auditorias técnicas

Implementação de novas disposições relativas à operação de gestão de resíduos decorrentes da renovação da Licença do SIGREEE

RELAÇÃO COM PRODUTORES

Actualização das minutas de contrato de aderente (UNILEX e Licenças)

Contratação com novos aderentes

Desenvolvimento e implementação do regime de pequenos produtores

Revisão e desenvolvimento do sistema de incentivos de aderentes

Desenvolvimento de Plataforma de CRM Electrão, com novos módulos de adesão online e declarativos

Consolidação das actividades conexas na Plataforma de CRM: gestão contratual, informação de apoio à declaração, sistema de avisos e declarações de *compliance* automáticos, etc.

Implementação da estratégia de desenvolvimento de mercado

Análise do impacto na actividade de aderentes do Unilex e das nova geração de licenças

Acções de controlo e monitorização a produtores: realização de 25 auditorias

Implementação de calculadora de CO2 no modelo de reporte a produtores

COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Implementação do plano de actividades de sensibilização, comunicação e educação

Revisão da estratégia de comunicação da Rede Electrão

Apoio à implementação de plataforma de CRM Electrão com módulos de adesão online e declarativos

ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Adaptação do modelo financeiro de gestão de resíduos eléctricos, pilhas e embalagens

Implementação de facturação electrónica: 98% do total de produtores e 75% do total da facturação

7.3. Análise dos principais agregados do balanço

A posição financeira da Amb3E à data de encerramento dos períodos de 2017 e 2016, apresentava-se da seguinte forma:

Balanço				
	Valor líquido 2017	Valor líquido 2016	Variação Absoluta	Var.%
Activo				
Activos Fixos Tangíveis	317 429,38	386 070,79	(68 641,41)	-17,8%
Activos Intangíveis	37 750,00	-	37 750,00	100,0%
Outros activos financeiros	8 702 668,72	8 701 595,67	1 073,05	0,0%
Dívidas de terceiros	533 625,94	741 931,66	(208 305,72)	-28,1%
Depósitos bancários e caixa	5 626 877,76	7 187 270,70	(1 560 392,94)	-21,7%
Acréscimos e diferimentos activos	1 597 694,12	1 729 414,81	(131 720,69)	-7,6%
	16 816 045,92	18 746 283,63	(1 930 237,71)	-10,3%
Fundos Patrimoniais e Passivo				
Património associativo	630 000,00	630 000,00	-	0,0%
Resultados transitados	5 888 450,78	3 638 431,65	2 250 019,13	61,8%
Outras var. nos fundos patrimoniais	7 061,47	11 991,04	(4 929,57)	-41,1%
Resultado líquido do período	462 564,85	2 250 019,13	(1 787 454,28)	-79,4%
Provisões	7 449 761,95	10 072 438,00	(2 622 676,05)	-26,0%
Dívidas a terceiros	1 927 107,14	1 890 410,84	36 696,30	1,9%
Acréscimos e diferimentos passivos	451 099,73	252 992,97	198 106,76	78,3%
	16 816 045,92	18 746 283,63	(1 930 237,71)	-10,3%

(valores em Euros)

O decréscimo do activo total da Amb3E (de EUR 18 746 283,63 em 31 de Dezembro de 2016 para EUR 16 816 045,92 em 31 de Dezembro de 2017) teve por base a conjugação dos seguintes principais factores:

- A nível dos activos fixos tangíveis, o decréscimo de 17,8% reflectiu fundamentalmente a regular imputação das correspondentes depreciações, dada a pouca expressão de novas aquisições;
- Quanto à rubrica de activos intangíveis, o valor inscrito em 2017 respeita à nova plataforma informática de relacionamento com os aderentes, cuja entrada em funcionamento ocorreu nos primeiros dias de 2018;
- Em sede de dívidas de terceiros, o decréscimo verificado face a 2016 (28,1%) resultou da resolução da questão conjuntural verificada no final desse mesmo ano (atraso no pagamento de alguns dos principais aderentes);
- A evolução verificada na rubrica "depósitos bancários e caixa" (decrécimo de 21,7% face a 2016) espelha o conjuntural comportamento da conta de exploração da Associação, numa óptica de caixa;
- O decréscimo verificado em sede de acréscimos e diferimentos activos (7,6%) assentou na redução combinada dos juros a receber e dos ecovalores pendentes de facturação do quarto trimestre de 2017 face ao período homólogo de 2016;

- A evolução registada na rubrica “provisões” (decréscimo de 26% face a 2016), conforme melhor detalhado na nota 12. do anexo, foi suportada na alteração da metodologia de cálculo aplicada à responsabilidade da Amb3E, relativamente a matérias ambientais;
- A variação verificada na rubrica “dívidas a terceiros” (mais 1,9% face ao valor final de 2016) tem de ser analisada em conjunto com o comportamento da rubrica “acréscimos e diferimentos passivos” (acréscimo de 78,3%), uma vez que a relativa estabilidade verificada na primeira teve como contraponto o forte crescimento da segunda (menor grau de compleição de facturação firme, por parte dos parceiros operacionais da Amb3E, em boa medida derivado da implementação, no final de 2017, da nova plataforma informática de gestão operacional, com as naturais repercussões em acréscimos de gastos operacionais).

7.4. Análise dos principais agregados da demonstração dos resultados

Demonstração dos Resultados por Naturezas

	2017	2016	Var.absoluta	Var.%
Rendimentos				
Prestações de serviços	5 249 402,95	5 177 727,63	71 675,32	1,4%
Outros rendimentos	14 478,64	24 805,77	(10 327,13)	-41,6%
Rendimentos financeiros	117 452,92	165 301,28	(47 848,36)	-28,9%
	5 381 334,51	5 367 834,68	13 499,83	0,3%
Gastos				
FSE - Gastos operacionais	5 172 214,49	4 799 349,08	372 865,41	7,8%
FSE - Gastos não operacionais	1 198 242,83	1 216 044,51	(17 801,68)	-1,5%
Gastos com o pessoal	968 348,75	801 133,10	167 215,65	20,9%
Amortizações e ajustamentos	130 020,51	189 917,54	(59 897,03)	-31,5%
Provisões	(2 622 676,05)	(4 018 545,57)	1 395 869,52	-34,7%
Outros gastos	69 925,49	126 754,30	(56 828,81)	-44,8%
Gastos financeiros	2 693,64	3 162,59	(468,95)	-14,8%
Resultado líquido do período	462 564,85	2 250 019,13	(1 787 454,28)	-79,4%
	5 381 334,51	5 367 834,68	13 499,83	0,3%

(valores em Euros)

Relativamente ao resultado das operações da Amb3E nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o mesmo sintetizava-se da seguinte forma:

O aumento do total dos rendimentos, de EUR 5 367 834,68 no período findo em 31 de Dezembro de 2016 para EUR 5 381 334,51 no período findo em 31 de Dezembro de 2017 encontra suporte nos seguintes principais factores:

- Acréscimo de 1,4% na rúbrica “prestações de serviços”, consequência directa do forte acréscimo na colocação de EEE no mercado, por parte dos aderentes da Associação (cerca de 7% em peso), devidamente impactada pela revisão em baixa da tabela de ecovalores, com produção de efeitos ao início de 2017;
- Comportamento verificado na rubrica “rendimentos financeiros” (decréscimo de 28,9%), resultado essencialmente da redução da taxa média de rendibilidade das disponibilidades monetárias da Amb3E e da diminuição do volume de aplicações financeiras da Associação.

Para a variação verificada nos gastos totais (de EUR 3 117 815,55 no período findo em 31 de Dezembro de 2016 para EUR 4 918 769,66 no período findo em 31 de Dezembro de 2017) concorreram os seguintes principais factores:

- Acréscimo de 7,8% em sede de fornecimentos e serviços externos / operacionais, reflectindo quer o aumento global de produção, na ordem dos 5% (40 213 toneladas geridas em 2017 vs. 38 278 toneladas geridas em 2016), quer o comportamento do gasto operacional médio;
- Decréscimo de 1,5% em fornecimentos e serviços externos / não operacionais, fundamentalmente fruto dos comportamentos verificados nas rubricas de rendas (redução aproximada de EUR 32 000 face a 2016), consultoria técnica (redução aproximada de EUR 57 500), tendo como contraponto a evolução notada nas rubricas de informática (aumento de cerca de EUR 55 800 face a 2016) e de serviços especializados de recrutamento (aumento de EUR 15 700);
- Acréscimo de 20,9% na rubrica “gastos com o pessoal”, em função: (i) do reforço das equipas de gestão de resíduos, comunicação e sensibilização e de apoio administrativo, dada a licença obtida para a gestão de embalagens; e (ii) da rescisão de contrato de trabalho de uma colaboradora, rescisão essa celebrada por mútuo acordo;
- Decréscimo de 31,5% na rubrica “amortizações e ajustamentos”, uma vez que no valor de 2016 constavam EUR 76 000 referentes ao reconhecimento da imparidade do saldo a receber da associada CCRPT, no que constituiu um gasto tópicico;
- Relativamente ao comportamento evidenciado pela rubrica “provisões” (decréscimo de 34,7% face a 2016), vide comentário acima inscrito, relativamente à análise dos principais agregados do balanço;
- Por fim, o decréscimo de 44,8% verificado na rubrica “outros gastos” assenta no facto de não se terem repetido, em 2017, os gastos atinentes ao caderno de encargos para o licenciamento do sistema de gestão de resíduos de embalagens.

08



FACTOS RELEVANTES
OCORRIDOS APÓS O
TERMO DO PERÍODO

8. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do período findo em 31 de Dezembro de 2017.

09



PROPOSTA DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS

9. Proposta de aplicação de resultados

O conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no período findo em 31 de Dezembro de 2017, no montante de EUR 462 564,85 (quatrocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e sessenta e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos) seja integralmente transferido para resultados transitados.

Restelo, 26 de Fevereiro de 2018

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente STANLEY BLACK & DECKER, HOLDING, S.A.R.L.	
Vice-Presidente PHILIPS LIGHTING PORTUGAL, UNIP., LDA.	
Fileira 1 BSHP- ELECTRODOMÉSTICOS SOC.UNIPESSOAL, LDA.	
Fileira 1A DAIKIN AIRCONDITIONING PORTUGAL, SA.	
Fileira 2 GROUPE SEB IBÉRICA, SA.	
Fileira 3 RICOH PORTUGAL UNIPESSOAL, LDA.	
Fileira 4 SAMSUNG ELECTRÓNICA PORTUGUESA, SA.	
Fileira 5 LEDVANCE, LDA.	
Fileira 6 STANLEY BLACK & DECKER, HOLDING, S.A.R.L.	
Fileira 8 GENERAL ELECTRIC PORTUGAL, LDA.	
Fileira 9 SCHNEIDER ELECTRIC PORTUGAL, LDA.	
Fileira 10 DIEBOLD NIXDORF PORTUGAL, LDA.	
Fileira 11 CANON PORTUGAL, S.A	

10



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

10. Demonstrações financeiras

10.1. Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<i>Montantes expressos em Euros</i>	
	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	317 429,38	386 070,79
Activos intangíveis		37 750,00	-
Outros créditos e activos não correntes	7	4 502 668,72	8 701 595,67
		4 857 848,10	9 087 666,46
Activo corrente			
Créditos a receber	8	1 909 734,89	2 276 066,18
Estado e outros entes públicos	9	142 073,82	135 810,59
Associados		-	10 000,00
Diferimentos	10	79 511,35	49 469,70
Outros activos correntes	7	4 200 000,00	-
Caixa e depósitos bancários	4	5 626 877,76	7 187 270,70
		11 958 197,82	9 658 617,17
Total do activo		16 816 045,92	18 746 283,63
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	11	630 000,00	630 000,00
Resultados transitados		5 888 450,78	3 638 431,65
Outras variações nos fundos patrimoniais		7 061,47	11 991,04
Resultado líquido do período		462 564,85	2 250 019,13
Total dos fundos patrimoniais		6 988 077,10	6 530 441,82
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	12	239 604,95	210 524,99
Provisões específicas	12	7 210 157,00	9 861 913,01
Financiamentos obtidos	13	56 691,89	70 283,21
		7 506 453,84	10 142 721,21
Passivo corrente			
Fornecedores	14	1 663 243,45	1 484 231,17
Estado e outros entes públicos	9	46 783,15	29 258,84
Financiamentos obtidos	13	13 597,51	13 055,34
Outros passivos correntes	15	597 890,87	546 575,25
		2 321 514,98	2 073 120,60
Total do passivo		9 827 968,82	12 215 841,81
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		16 816 045,92	18 746 283,63

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

10.2. Demonstração dos resultados por naturezas

Demonstração dos Resultados por Naturezas PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Montantes
expressos em Euros

Rendimentos e Gastos	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	16	5 249 402,95	5 177 727,63
Subsídios, doações e legados à exploração		-	2 460,56
Fornecimentos e serviços externos	17	(6 370 457,32)	(6 015 393,59)
Gastos com o pessoal	18	(968 348,75)	(801 133,10)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	(20 038,03)	(92 354,08)
Provisões (aumentos/reduções)	12	(29 079,96)	(29 183,53)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	12	2 651 756,01	4 047 729,10
Outros rendimentos	19	14 478,64	22 345,21
Outros gastos	20	(69 925,49)	(126 754,30)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		457 788,05	2 185 443,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(109 982,48)	(97 563,46)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		347 805,57	2 087 880,44
Juros e rendimentos similares obtidos	21	117 452,92	165 301,28
Juros e gastos similares suportados	21	(2 693,64)	(3 162,59)
Resultado antes de impostos		462 564,85	2 250 019,13
Resultado líquido do período		462 564,85	2 250 019,13

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

10.3. Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2016

Montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais	
Posição no início do período 2016	1	620 000,00	3 001 995,70	16 102,36	636 435,95	4 274 534,01
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			636 435,95	(4 111,32)	(636 435,95)	(4 111,32)
	2		636 435,95	(4 111,32)	(636 435,95)	(4 111,32)
Resultado líquido do período	3				2 250 019,13	2 250 019,13
Resultado integral	4=2+3				1 613 583,18	2 245 907,81
Operações com instituidores no período						
Fundos		10 000,00				10 000,00
	5	10 000,00				10 000,00
Posição no fim do período 2016	6=1+2+3+5	630 000,00	3 638 431,65	11 991,04	2 250 019,13	6 530 441,82

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2017

Montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO	Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais	
Posição no início do período 2017	6	630 000,00	3 638 431,65	11 991,04	2 250 019,13	6 530 441,82
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			2 250 019,13	(4 929,57)	(2 250 019,13)	(4 929,57)
	7		2 250 019,13	(4 929,57)	(2 250 019,13)	(4 929,57)
Resultado líquido do período	8				462 564,85	462 564,85
Resultado integral	9=7+8				(1 787 454,28)	457 635,28
Operações com instituidores no período						
Fundos						-
	10					-
Posição no fim do período 2017	6+7+8+10	630 000,00	5 888 450,78	7 061,47	462 564,85	6 988 077,10

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

10.4. Demonstração dos fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Montantes
expressos em Euros

	NOTAS	Períodos	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de aderentes		6 615 580,18	6 460 993,18
Pagamentos a fornecedores		(6 807 475,54)	(7 266 256,67)
Pagamentos ao pessoal		(456 955,68)	(411 493,62)
Caixa gerada pelas operações		(648 851,04)	(1 216 757,11)
Outros recebimentos/ pagamentos		(1 044 061,27)	(859 786,97)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(1 692 912,31)	(2 076 544,08)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(23 224,03)	(183 871,40)
Outros activos		(1 073,05)	(893,94)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		210 309,24	157 553,41
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		148 262,16	(27 211,93)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(13 049,15)	(12 482,43)
Juros e gastos similares		(2 693,64)	(3 162,59)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(15 742,79)	(15 645,02)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(1 560 392,94)	(2 119 401,03)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	7 187 270,70	9 306 671,73
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	5 626 877,76	7 187 270,70

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

1. Identificação da entidade

A Amb3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, NIPC 509 300 421, doravante abreviadamente designada por Associação ou Amb3E, é uma associação sem fins lucrativos, constituída por produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos no dia 27 de Abril de 2005. Surgiu para dar resposta às obrigações impostas pelo Decreto-Lei 230/2004 de 10 de Dezembro, que transpôs para a ordem jurídica nacional a Directiva nº2002/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003 e a Directiva nº 2002/96/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003, alterada pela Directiva nº 2003/108/CE, do Parlamento do Europeu e do Conselho, de 8 de Dezembro, entretanto substituído pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de Dezembro, que consagra o princípio da responsabilidade do produtor no financiamento e gestão dos resíduos dos seus próprios produtos colocados no mercado.

Nesta conformidade, a Amb3E encontra-se licenciada através, respectivamente, do Despacho conjunto nº354/2006, de 27 de Abril, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação, complementado pelo disposto no Despacho nº 1516/2012, de 1 de Fevereiro, dos Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, do Despacho nº 11275-D/2017, de 22 de Dezembro, do Secretário de Estado do Ambiente e do Despacho 6907/2017, de 9 de Agosto, dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente, para a organização e gestão de um sistema integrado de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (SIGREEE), de um sistema de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis e de resíduos de pilhas e acumuladores industriais incorporáveis em equipamentos eléctricos e electrónicos (SIGRPA) e de um sistema de gestão de resíduos de embalagens (SIGRE).

A Amb3E tem a sua sede no:

Restelo Business Center, Bloco 5 – 4A
Av. Ilha da Madeira, 35 I
1400-203 Lisboa

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Amb3E, mantidos de acordo com as regras e disposições constantes no regime da normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), tendo por base o princípio da continuidade.

De acordo com o parágrafo 2.3 do Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho, sempre que a NCFR-ESNL não responda a aspectos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transacções ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- I)** Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- II)** Às Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho;
- III)** Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações (SIC e IFRIC).

As notas que se seguem, incluindo esta, estão apresentadas em Euros e respeitam a numeração estabelecida no Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), para as notas nº 1 a nº 3. Na desagregação destas notas, os pontos cuja numeração é omissa não se aplicam à Amb3E ou respeitam a factores e situações não materialmente relevantes para a compreensão das suas demonstrações financeiras ou a factos não ocorridos durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016. A partir da nota nº 4, inclusive, utiliza-se a numeração sequencial para a divulgação de todos os assuntos exigidos pela norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCFR-ESNL) que sejam aplicáveis à Amb3E e materialmente relevantes para os períodos a que respeitam as presentes demonstrações financeiras.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

- Edifícios e outras construções – 5 anos
- Equipamento básico – 6 anos
- Equipamento de transporte – 4 anos
- Equipamento administrativo – 4 a 10 anos
- Outros activos fixos tangíveis – 3 a 10 anos

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Eventuais gastos com grandes reparações e remodelações serão incluídos no valor contabilístico do activo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes activos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de instalação, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos são depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso.

Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes activos são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Amb3E, sejam controláveis pela Amb3E e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes activos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas entidades, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos em activos financeiros".

Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contracto. Os contractos de locação em que a Amb3E age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens a que respeita o contracto, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

De acordo com o método financeiro actualmente vigente nas NCRF, o custo do activo é registado no activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor das rendas, bem como a reintegração do activo, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de vigência do respectivo contracto de locação.

Instrumentos financeiros

i. Outros créditos e activos não correntes

A Associação mensura ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Estes instrumentos são classificados como activos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a doze meses da data do balanço.

ii. Créditos a receber

Os créditos a receber são registados ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Amb3E tem em consideração informação de mercado que demonstre que o terceiro está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações de devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a Associação tenha em curso acção judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguros de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que as integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões – decorrentes da cessação total ou parcial do risco – nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efectiva do crédito, deduzidas directamente nas contas correntes.

iii. Fornecedores e outros passivos correntes

Os fornecedores e os outros passivos correntes são registados pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

iv. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra um exfluxo de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Amb3E como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Associação; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que venha a ser necessária um exfluxo de recursos para liquidar a obrigação ou a quantia da mesma não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os activos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Amb3E. A Amb3E não reconhece activos contingentes nas suas demonstrações financeiras, apenas procedendo à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados na demonstração dos resultados da Associação no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas no balanço nas rubricas de "Créditos a receber", "Outros passivos correntes" e de "Diferimentos".

Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios do governo são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Amb3E cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com activos não depreciables, são mantidos nos fundos patrimoniais, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período na rubrica de "subsídios" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Impostos sobre o rendimento

A partir do período de 2009, e de acordo com o art.º 53 do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) a Amb3E passou a ser isenta de IRC, com excepção dos rendimentos de capitais (tal como são definidos para efeitos de IRS) a uma taxa liberatória de 21%, uma vez que a Amb3E não pratica qualquer actividade comercial, industrial ou agrícola. Saliente-se que a Amb3E não é sujeita a tributações autónomas e derrama.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Associação.

O rédito proveniente da prestação de serviços, líquido de impostos, é reconhecido - pelo justo valor do montante a receber - com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

1. O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
2. É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;
3. Os gastos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
4. A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho de Administração. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável e as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que, os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego quer por decisão unilateral da Amb3E quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

b) Outras políticas contabilísticas relevantes

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método directo. A Amb3E classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de investimento e de financiamento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de aderentes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições, alienações e correspondentes recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a contractos de locação financeira.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Amb3E, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as ESNL.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que não dêem origem a ajustamentos, se significativos, são divulgados no presente anexo.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, o Conselho de Administração da Amb3E utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva, conforme disposto no ponto 6.8. da NCRF-ESNL.

3.2. Alteração nas estimativas contabilísticas

Em 31 de Dezembro de 2017, a Amb3E procedeu à alteração da metodologia de cálculo da sua provisão para matérias ambientais, por forma a adequá-la ao disposto no Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de Dezembro, que estabeleceu o regime jurídico a que ficam sujeitos os fluxos específicos de resíduos operados pela Associação. Esta alteração de estimativa encontra-se detalhada na nota 12 do presente anexo.

4. Fluxos de caixa

A caixa e seus equivalentes incluem numerário e depósitos bancários.

Os saldos de caixa e depósitos bancários a 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 apresentavam a seguinte decomposição:

	2017	2016
Caixa	1 500,00	944,25
Depósitos à Ordem	123 377,76	2 388 326,45
Outros depósitos bancários	5 502 000,00	4 798 000,00
	5 626 877,76	7 187 270,70

A rubrica “Outros depósitos bancários” é constituída exclusivamente por depósitos a prazo, que à data de 31 de Dezembro de 2017, se encontravam aplicados em diversas instituições financeiras, a taxas de juros nominais de 0,08% a 1,00%.

A taxa média de rendibilidade das aplicações efectuadas no período de 2017 foi de 0,26% (0,73% em 2016).

5. Activos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2017, o movimento ocorrido nas rubricas de activos fixos tangíveis foi o seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso	TOTAL
ACTIVO BRUTO:							
Saldo em 31.12.2016	78 852,26	1 402 843,85	105 727,70	220 090,04	25 208,36	11 350,00	1 844 072,21
Aumentos				9 384,87		31 956,20	41 341,07
Alienações							-
Transferência e abates	2 725,53	24 833,65		6 797,02		(34 356,20)	-
Saldo em 31.12.2017	81 577,79	1 427 677,50	105 727,70	236 271,93	25 208,36	8 950,00	1 885 413,28
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:							
Saldo em 31.12.2016	(1 938,64)	(1 232 869,39)	(23 202,82)	(181 029,50)	(18 961,07)	-	(1 458 001,42)
Aumentos	(15 870,58)	(67 866,07)	(12 930,35)	(11 632,60)	(1 682,88)	-	(109 982,48)
Alienações						-	-
Transferência e abates	-					-	-
Saldo em 31.12.2017	(17 809,22)	(1 300 735,46)	(36 133,17)	(192 662,10)	(20 643,95)	-	(1 567 983,90)
ACTIVO LÍQUIDO	63 768,57	126 942,04	69 594,53	43 609,83	4 564,41	8 950,00	317 429,38

O equipamento básico é constituído maioritariamente por contentores designados "Pontos Electrão", sendo que a totalidade desses mesmos equipamentos se encontram implantados em propriedade alheia, ao abrigo de diversos protocolos celebrados entre a Amb3E e os seus parceiros, no âmbito da actividade para a qual a mesma se encontra licenciada.

A Associação, em 31 de Dezembro de 2017, detinha os seguintes activos fixos tangíveis sujeitos a restrições legais:

	Quantia escriturada	Passivo associado	Valor passivo
Mercedes 21-PQ-39	36 681,59	Contrato Leasing	37 044,21
Mercedes 10-PT-79	32 912,94	Contrato Leasing	33 245,19
	69 594,53		70 289,40

6. Investimentos financeiros

Nesta rubrica está registada a contribuição para o património associativo da CCRPT – Associação Portuguesa do Centro de Coordenação e Registo, no valor de EUR 5.000,00, representando 25% do correspondente fundo patrimonial.

A Associação procedeu, em 31 de Dezembro de 2016, à aplicação do método da equivalência patrimonial, o qual gerou um gasto de EUR 5.000,00, tendo reduzido o investimento financeiro a zero.

7. Outros créditos e activos não correntes

A Amb3E regista, numa lógica de detenção até à maturidade, EUR 4 500 000,00 em sede desta rubrica, referentes a um lote de obrigações emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, com maturidade em 2019, bem como EUR 4 200 000,00 referentes a outro lote do mesmo emissor, que por ter maturidade em 2018 é apresentado como outros activos correntes.

Encontram-se ainda registadas nesta rubrica as contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho, que, a 31 de Dezembro de 2017, ascendiam a EUR 2 668,72 (EUR 1 595,67 a 31 de Dezembro de 2016).

8. Créditos a receber

O montante apresentado nesta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2017	2016
Aderentes (i)	427 919,65	592 248,17
Outras contas a receber (ii)	1 481 815,24	1 683 818,01
	1 909 734,89	2 276 066,18

(i) Aderentes

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de aderentes apresentava as seguintes maturidades:

	2017	2016
<90 dias	401 905,95	538 968,92
91 - 180 dias	66 828,18	16 217,72
> 180 dias	(40 814,49)	37 061,53
	427 919,64	592 248,17

Relativamente ao ajustamento de dívidas a receber de aderentes, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 apresentava os seguintes saldos, conforme movimentação que abaixo se expressa:

	2017	2016
Saldo Inicial	315 981,65	304 647,80
Reversões	(1 024,73)	(0,86)
Reforços	21 062,76	11 334,71
Saldo Final	336 019,68	315 981,65

(ii) Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos componentes desta rubrica apresentavam o seguinte detalhe:

	2017	2016
Juros a receber	47 914,97	140 771,29
Ecovalores a receber	1 400 255,81	1 498 923,46
Outros devedores e credores	33 644,46	44 123,26
	1 481 815,24	1 683 818,01

Na sub-rubrica "Juros a receber" encontram-se registados os montantes de juros respeitantes às diversas aplicações financeiras da Amb3E, corridos até 31 de Dezembro de 2017 e 2016, mas só efectivamente recebidos após essas datas.

Em sede da sub-rubrica "Ecovalores a receber" encontram-se registados os montantes de facturação referentes ao último trimestre dos anos 2017 e 2016, cuja emissão ocorreu a partir dos meses de Janeiro de 2018 e 2017; o cálculo de tal montante teve por base os mapas reportados e facturados no início de 2018 e 2017.

Em sede de "Outros devedores e credores", a componente mais significativa do saldo em ambos os períodos respeita à caução prestada ao senhorio das novas instalações da Associação, no montante de EUR 28 137,48.

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Saldos devedores		
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	142 073,82	135 810,59
Saldos credores		
Imposto Sobre o Rend. P. Singulares	25 012,00	14 160,54
Contribuições para a Segurança Social	21 771,15	15 098,30
	46 783,15	29 258,84

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos a nível de segurança social), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Nesta conformidade, as declarações fiscais da Amb3E relativas aos períodos de 2014 a 2017 poderão ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Amb3E entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

10. Diferimentos

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 era decomposto como segue:

	2017	2016
Seguros Liquidados	41 672,97	37 957,55
Rendas Liquidadas	4 460,81	4 460,81
Formação	-	2 068,00
Outros gastos a reconhecer	33 377,57	4 983,34
	79 511,35	49 469,70

11. Fundos

O património Associativo da Amb3E é constituído pela contribuição efectuada pelos seus sessenta e três associados, por uma entrega cujo valor individual ascendeu a EUR 10 000,00.

A 31 de Dezembro de 2017, o património associativo é de EUR 630 000,00.

12. Provisões

Provisão para processos judiciais em curso

Tendo por base uma decisão judicial de primeira instância, em sede de um processo de natureza cível movido por um anterior fornecedor da Amb3E, reforçou-se em cerca de EUR 29 000,00 no corrente período, a provisão relativa a capital e juros a incorrer em caso de decisão definitiva desfavorável à Amb3E, pelo que o montante total da mesma a 31 de Dezembro de 2017 ascende a cerca de EUR 239 500,00.

Provisões específicas – matérias ambientais

Em função da publicação, no final de 2017, do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de Dezembro (documento enquadrador do regime jurídico da gestão dos diversos fluxos específicos de resíduos, bem como agregador (e revogador) de diversa produção legislativa anteriormente dispersa), mormente do exposto no seu art.º 56º, resulta claro que a responsabilidade pela recolha dos resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos é uma meta / desígnio nacional, para a qual são chamadas a contribuir todas as Entidades Gestoras, num quadro de complementaridade, pelo que deixa de ser aplicável a consideração de uma obrigação presente da Amb3E na recolha de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos/REEE decorrente de acontecimentos passados (colocação no mercado Nacional, por parte dos aderentes da Amb3E, de equipamentos eléctricos e electrónicos/EEE).

Nesta conformidade, a Amb3E entende que o fundamental da sua responsabilidade / obrigação presente reside no dispor de meios para que, no final de cada período de licenciamento que lhe tenha sido atribuído pelo Estado Português, esteja em condições de assegurar quer a liquidação da sua estrutura interna (contratos de trabalho, de arrendamento e alugueres diversos), quer o eficaz desmantelamento da sua rede operacional (rede Electrão), atendendo às seguintes dimensões: (i) retirada de todos os meios físicos ligados às diversas tipologias de pontos de

recolha/recepção de resíduos; (ii) encerramento de todas as posições contratuais celebradas com todos os seus parceiros operacionais, assumindo um ciclo de contratação anual, mantendo pois a capacidade de resposta ao adequado tratamento final de resíduos para os quais já não tenha a possibilidade de obter prestações financeiras.

É ainda entendimento desta entidade que tal responsabilidade, geradora de exfluxos de recursos financeiros em anos futuros, pode ser estimada, à data de hoje, com fiabilidade.

Doravante, o reforço/reversão da provisão resultará da aplicação consistente da metodologia atrás enunciada, pelo que no final de cada período se apurará o valor da concomitante responsabilidade, procedendo-se ao correspondente ajustamento, por via do registo de gasto/rendimento, em sede da adequada rubrica de resultados (provisões – aumentos/reduções).

Critério de mensuração

O cálculo da provisão no presente período teve por base a estimativa de todos os gastos necessários: (i) à extinção dos vínculos laborais com a globalidade do seu efectivo de pessoal; (ii) à extinção dos restantes vínculos contratuais inerentes à estrutura de apoio (instalações, equipamentos, veículos); (iii) ao encerramento de todas as facilidades associadas à angariação / recolha de resíduos; e (iv) à manutenção, pelo apropriado período de duração dos diversos contratos da área operacional, das operações necessárias à recepção, triagem e encaminhamento para tratamento e valorização, relativamente aos resíduos aportados ao sistema pelos consumidores e empresas, durante esse período.

Movimentos ocorridos

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2017, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

	Provisões	Provisões específicas
Quantia escriturada inicial	210 524,99	9 861 913,01
Reforço	29 079,96	-
Reversão	-	(2 651 756,01)
	29 079,96	(2 651 756,01)
Quantia escriturada final	239 604,95	7 210 157,00

13. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos das rubricas de financiamentos obtidos discriminam-se como segue:

	2017	2016
Financiamentos Obtidos – não corrente		
Locações financeiras	56 691,89	70 283,21
	56 691,89	70 283,21
Financiamentos Obtidos – corrente		
Locações financeiras	13 597,51	13 055,34
	13 597,51	13 055,34
TOTAL	70 289,40	83 338,55

Locações financeiras

Era a seguinte a quantia escriturada líquida para cada classe de activo financiado por contratos de locação financeira, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Equipamento de transporte	69 594,53	82 524,88

Eram os seguintes os totais dos pagamentos mínimos futuros dos contratos de locação financeira em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, e o seu valor presente:

	2017	2016
Pagamento mínimo até um ano	15 749,94	15 650,47
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	57 228,35	72 972,10
Total de pagamentos mínimos	72 978,29	88 622,57
Pagamento de juros futuros	(2 688,89)	(5 284,02)
Valor presente das responsabilidades	70 289,40	83 338,55

Abaixo apresenta-se a reconciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros dos contratos de locação financeira em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, e o seu valor presente:

	Valor presente		Pagamentos mínimos	
	2017	2016	2017	2016
Não mais de um ano	13 597,51	13 055,34	15 749,94	15 650,47
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	56 691,89	70 283,21	57 228,35	72 972,10
Total	70 289,40	83 338,55	72 978,29	88 622,57

Eram os seguintes os contratos de locação financeira em vigor em 31 de Dezembro de 2017:

Nº contrato	Locadora	Bem Locado	Valor do contrato
84647	Mercedes-Benz F.S. Portugal	Mercedes 21-PQ-39	56 227,70
85815	Mercedes-Benz F.S. Portugal	Mercedes 10-PT-79	49 500,00

14. Fornecedores

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro de 2017 detalhava-se da seguinte forma:

Designação	Valor
INTERECYCLING Sociedade de Reciclagem, S.A	249 022,24
AUCHAN PORTUGAL HIPERMERCADOS, SA	152 683,29
AMBIGROUP RECICLAGEM	92 783,10
STEP AHEAD CONSULTING, SA	63 960,00
RÁDIO POPULAR - ELECTRODOM, S.A.	47 831,59
COMPTA EMERGING BUSINESS, SA.	38 208,72
MARGEMTEC Metalomecânica, Lda	33 567,44
Constantino Fernandes Oliveira & F.ºs S.A.	32 656,54
SEEGNO, Lda	32 545,80
3 DRIVERS – Eng., Inov. e Ambiente, Lda	29 841,71
ND Portugal Transportes, Lda.	23 519,64
PLMJ – Sociedade de Advogados, SP, RL	23 048,23
Resíduos do Nordeste	21 416,66
Jorge Batista - Reciclagem de Metais	18 908,14
RDUZ-Gestão Global de Resíduos, S.A.	17 505,27
BRAVAL, Valoriz. e Tratamento de resíduos Sólidos	17 367,17
Resatlântico-Gestão de Resíduos Lda	15 703,24
RSA - Reciclagem de Sucatas Abrantina	14 247,13
Agility - Global Integrated Logistics	13 992,00
VALNOR, Valor. e Tratamento de Resíduos Sólidos	13 586,91
KPMG II - CONSULTORES, SA.	13 425,18
Ambicare Industrial - Tratamento de Resíduos, S.A.	13 003,68
TÜV RHEINLAND PORTUGAL, SOC UNIP LDA	12 676,85
Ecobeirão - Soc. Trat. Resíduos Sólidos do Planalto, Lda	12 487,95
Transucatas - Soluções Ambientais, SA	12 486,32
Madeira Cartão - Sociedade de Triagem, Lda.	11 689,06
SOPINAL - FÁBRICA DE EQUIP. URBANOS	10 606,35
Metalmarinha - Comércio Internacional de Resíduos	10 296,43
JOCATE - TRANSPORTES E EQUIPAMENTOS, LDA.	10 216,70
Varela & Cª, Lda	10 039,15
Outros	593 920,96
	1 663 243,45

É de referir que os valores acima discriminados representam cerca de 64% do total da rubrica a 31 de Dezembro de 2017.

15. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos componentes desta rubrica apresentavam o seguinte detalhe:

	2017	2016
Credores por acréscimos de gastos	557 128,09	324 521,65
Outros credores	40 762,78	222 053,60
	597 890,87	546 575,25

O saldo da sub rubrica "Credores por acréscimos de gastos" era composto conforme segue:

Credores por acréscimos de gastos	2017	2016
Remunerações a liquidar	207 640,95	156 247,53
Outros credores por acréscimos de gastos	349 487,14	168 274,12
	557 128,09	324 521,65

16. Vendas e serviços prestados

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava o seguinte detalhe:

	2017	2016
PS - Ecovalores	5 155 222,60	5 106 409,79
PS - EcoP&A	94 180,35	71 317,84
	5 249 402,95	5 177 727,63

17. Fornecimentos e serviços externos

No âmbito desta rubrica destacaram-se, pela sua materialidade, os seguintes saldos:

	2017	2016
Subcontratos	5 172 214,49	4 799 349,08
Trabalhos Especializados	692 702,04	673 516,33
Publicidade e Propaganda	277 674,82	264 410,50
Honorários	60 000,00	65 000,00
Rendas e Aluguers	77 320,02	109 690,59
Deslocações e Estadas	27 909,28	25 091,06
Comunicação	12 403,55	20 332,76
Materiais	10 442,70	10 603,20
Combustíveis	7 169,69	6 942,35
Seguros	9 322,52	11 521,39
Outras despesas	23 298,21	28 936,33
	6 370 457,32	6 015 393,59

Na rubrica “Subcontractos” estão registados os gastos directos com a operação de gestão de resíduos nomeadamente, recepção e triagem, transporte e tratamento e valorização. O acréscimo verificado, face a 2016, resulta directamente do aumento do volume de resíduos geridos e tratados no presente exercício.

A rubrica “Trabalhos Especializados” é fundamentalmente composta por serviços subcontratados de informática, por serviços de consultoria técnica à área de gestão de resíduos e por serviços jurídicos.

Relativamente à rubrica “Publicidade e Propaganda”, o aumento verificado, face ao ano 2016 é suportado por um maior volume de prestação de serviços e concomitante acréscimo da meta legal de gastos nesta matéria.

Na rubrica “Honorários” estão registados os gastos com auditoria externa de apoio à área de gestão de resíduos e com consultoria de gestão.

A rubrica “Rendas e alugueres” contempla os gastos com o arrendamento de instalações da Amb3E e com o aluguer/*renting* de viaturas, sendo o decréscimo verificado reflexo da mudança de instalações operada em Dezembro de 2016.

18. Gastos com pessoal

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos componentes desta rubrica apresentavam o seguinte detalhe:

	2017	2016
Remunerações	724 135,77	609 700,73
Encargos sobre remunerações	136 918,86	114 068,51
Indemnizações	48 002,50	20 500,00
Seg. acid de trab e doenças prof.	47 634,21	46 413,52
Outros gastos c/ pessoal	11 657,41	10 450,34
	968 348,75	801 133,10

O acréscimo notado na sub-rubrica “Remunerações” derivou fundamentalmente do reforço das equipas de gestão de resíduos, comunicação e sensibilização e de apoio administrativo, em função da licença obtida para a gestão de embalagens (SIGRE).

O montante registado na sub-rubrica “Indemnizações” refere-se à rescisão de contrato de trabalho de uma colaboradora, rescisão essa celebrada por mútuo acordo.

O número médio de pessoal da Amb3E ao longo dos dois últimos anos, e o número de pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro 2017 e de 2016, foi de:

	2017	2016
Número médio de funcionários	14	13
Número de empregados no fim do período	16	13

19. Outros rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica era composto da seguinte forma:

	2017	2016
Descontos de pronto pagamento obtidos	327,46	10 600,93
Outros não especificados	14 151,18	11 744,28
	14 478,64	22 345,21

20. Outros gastos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2017	2016
Impostos	1 146,75	1 295,30
Taxas	25 940,16	57 773,65
Quotizações	39 498,46	39 280,87
Gastos e perdas em associadas	-	5 000,00
Outros não especificados	3 340,12	23 404,48
	69 925,49	126 754,30

Relativamente às sub-rúbricas mais relevantes no período de 2017, importa referir:

- A sub-rubrica "Taxas" contempla fundamentalmente os montantes referentes a taxas de gestão de resíduos (SIGREEE e SIGRPA);
- Relativamente à sub-rubrica "Quotizações", a mesma releva essencialmente os *fees* anuais de participação da Amb3E numa associação pan-europeia de entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos.

21. Juros e rendimentos e similares obtidos e juros e gastos similares suportados

Na rubrica "Juros e rendimentos similares obtidos" estão incluídos os montantes respeitantes à remuneração de depósitos a prazo e de outros activos financeiros da Amb3E, líquidos das taxas liberatórias sobre os mesmos aplicados (EUR 117 452,92 em 2017 e EUR 165 301,28 em 2016).

A rubrica "Juros e gastos similares suportados" é composta fundamentalmente pelos juros suportados em sede das rendas incorridas no período de 2017, relativamente aos contratos de locação financeira em vigor.

22. Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

23. Divulgações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de Outubro, o Conselho de Administração informa que a situação da Associação perante a segurança social se encontra regularizada.

24. Outras divulgações:

(i) Partes relacionadas

A Amb3E tem como partes relacionadas a Associação Portuguesa do Centro de Coordenação de Registo (CCRPT) e os seus actuais cinquenta e um associados.

Os saldos pendentes em 31 de Dezembro de 2017 e as transacções anuais encontram-se mencionadas no quadro seguinte:

	Saldos Pendentes		Transacções
	Aderentes	Outras contas a receber/(a pagar)	Prestações de serviços
Associados	317 922,88	(36 737,06)	3 622 241,54

O valor inscrito em "Outras contas a pagar a Associados" respeita a saldos a favor dos associados decorrentes de contribuições iniciais ainda não totalmente utilizadas e a serviços pelos mesmos prestados em sede de presença nas reuniões do Conselho de Administração da Associação, encontrando-se estes últimos registados em adequada rubrica de fornecimentos e serviços externos.

(ii) Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Os montantes atribuídos aos membros dos órgãos sociais nos períodos de 2017 e 2016, foram de respectivamente:

	2017	2016
Conselho de Administração	33 750,00	36 750,00
Conselho Fiscal	12 000,00	12 000,00
	45 750,00	48 750,00

De referir que os valores pagos ao Conselho de Administração reportam a serviços pelos mesmos prestados em sede de presença nas reuniões do Conselho de Administração da Associação.

(iii) Processos judiciais em curso

A Amb3E moveu uma acção judicial a um seu ex-fornecedor de serviços de informática, ascendendo tal acção ao montante de EUR 1.214.000,00. Em função da decisão judicial de primeira instância atinente a uma outra acção (movida à Amb3E por tal ex-fornecedor), cujo recurso corre actualmente termos, nos registos contabilísticos da Associação constam, à data de 31 de Dezembro de 2017, cerca de EUR 655 000,00 entre capital e juros a liquidar a tal fornecedor, em caso de decisão definitiva desfavorável à Amb3E.

Quanto a processos de natureza criminal, em Dezembro de 2013 foi proferido despacho de acusação, por parte do Ministério Público, relativamente a queixa-crime apresentada pela Amb3E contra dois seus ex-colaboradores e incertos. Neste âmbito, a Amb3E deduziu um pedido de indemnização cível, no montante aproximado de EUR 1.045.000,00, tendo o início do correspondente julgamento ocorrido em Novembro de 2017, estando agendadas sessões quinzenais até Junho de 2018.

(iv) Garantias prestadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, a Amb3E era responsável pela solicitação de emissão de garantias bancárias a favor de terceiros, conforme detalhe abaixo:

Entidade beneficiária	Entidade emissora	Data de emissão	Valor (EUR)
Agência Portuguesa do Ambiente	Caixa Geral de Depósitos	02/11/2016	22 050,00
Repsol Portuguesa, S.A.	Caixa Geral de Depósitos	05/01/2009	6 000,00
Agência Portuguesa do Ambiente	Novo Banco	29/07/2015	10 700,00

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

11. Certificação Legal das Contas



Hierwath & Associados, SPRL, Lda.
Member Crowe Horwath International

Rua do Alentejo, nº 53, 3º A
4150-043 Porto
Portugal

tel. +351 22 013 04 92
info@crowehorwath.pt
www.crowehorwath.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da AMB3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017, (que evidencia um total de 16.816.045,92 euros e um total de Fundos patrimoniais de 6.966.077,10 euros, incluindo um resultado líquido de 462.564,85 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião com reservas

Conforme divulgado na nota 12 do Anexo, com a publicação do Decreto-Lei nº 152-D/2017 de 11 de dezembro, e numa tentativa de convergência com as pretensões do Legislador, a Entidade procedeu à alteração da metodologia de cálculo da sua responsabilidade. Contudo, resultando da nova legislação um conjunto de obrigações aplicáveis à atividade da Entidade e subsistindo ainda dúvidas interpretativas relativamente a alguns conceitos e ao âmbito da sua respetiva aplicação, não tendo sido ainda publicada a nova licença de gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, não nos é possível avaliar se a alteração de metodologia referida se encontra de acordo com o pretendido pela Tutela.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 8 de março de 2018.



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Geraides (ROC 1127)

12. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Exmos. Senhores,

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da AMB3E — Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2017.

RELATÓRIO

No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo art. 31.º dos Estatutos, acompanhámos regularmente a atividade da Associação, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado, complementado pelas informações prestadas pelo Revisor Oficial de Contas membro do Conselho Fiscal, é nossa convicção que o relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, os quais apreciamos, são suficientemente esclarecedores da situação da Associação e satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Apreciamos igualmente a Certificação Legal das Contas datada de 8 de março de 2018 emitido pelo Revisor Oficial de Contas, a qual inclui uma reserva, e que merece a nossa concordância.

PARECER

Considerando as análises e trabalhos efetuados, e tendo tomado conhecimento do conteúdo da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas e a concordância que a mesma nos merece, somos de parecer que a Assembleia Geral da AMB3E — Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do ano findo em 31 de dezembro de 2017;
- b) A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Porto, 8 de março de 2018

O CONSELHO FISCAL



António Pedro em representação da
Ledvance, Lda. – Presidente



Norberto Mendes em representação da
Legrand Eléctrica, S.A. - Vogal



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA. - vogal

Representada por

Carla Manuela Serra Geraldes, ROC nº 1127